

Psicanálise e Política: uma leitura da heterogeneidade social a partir de *das Ding* freudiana

Ana Carolina Dias Silva

Jacqueline de Oliveira Moreira

Resumo: Em Laclau, a operação hegemônica implicada na constituição de identidades coletivas parte de uma totalidade sempre impossível. Uma vez que a identidade hegemônica – demanda que assume a representação de uma completude inalcançável – torna-se algo da ordem de um significante vazio, entendemos que o campo vazio é condição lógica da representação. Nesse sentido, buscamos na psicanálise de orientação freudo-lacanianiana possíveis contribuições, visando enriquecer os fundamentos do pensamento político de Laclau. Retomamos as formulações de Lacan a respeito da Coisa inacessível, das Ding freudiana, cuja impossibilidade de sedimentar um objeto configura um vazio. Buscamos, em uma articulação transdisciplinar, retomar tal vazio que estrutura qualquer articulação significativa, a partir da concepção lacanianiana de uma categoria sem representação, a heterogeneidade social, enquanto ponto que possibilita e sustenta a política. Não tratamos de uma metafísica digamos, enfatizando algo puramente intangível em relação ao vazio, mas sim, da forma como esse está em jogo seja na experiência analítica, seja na teoria política de Laclau, enquanto condição de possibilidade das articulações que daí decorrem.

Palavras-chave: Psicanálise; heterogeneidade social; vazio; das Ding.

A lógica política a respeito do populismo, de Ernesto Laclau, presente em sua versão mais complexa e desenvolvida no título *A razão populista*, começa a ser fortemente desenhada em 1985, no volume *Hegemony and Socialist Strategy*. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2001) vivenciam, nesse momento histórico, uma crise da teoria marxiana no pensamento filosófico, que traduzem como reflexo do aparecimento de um hiato entre as realidades do capitalismo contemporâneo e aquilo que o marxismo poderia subsumir a partir de suas categorias originais.

Para os autores (LACLAU; MOUFFE, 2001), uma mudança substancial nos conteúdos ônticos de uma teoria leva à constituição de um novo paradigma ontológico. Nesse contexto, Laclau e Mouffe (2001) tomam como categoria central de análise política o conceito de hegemonia, de matriz gramsciana. A noção do social passa a ser concebida como um espaço discursivo, possibilitando que as relações nesse contexto pudessem ser admitidas como práticas articulatórias. Assim, uma relação hegemônica é possível na medida em que uma força social particular assume a representação de uma totalidade que é radicalmente

incomensurável com ela. Pensar as articulações discursivas dessa maneira acaba por reconfigurar a noção da constituição de identidades, resultando na substituição da completude das identidades de classe da tradição marxista pelas identidades hegemônicas. Trata-se, na constituição político-social, de práticas articulatórias baseadas num terreno de contingencialidade.

O embrião da definição de política como constituição do povo é a potência performativa de toda e qualquer demanda social (baseada na transição de uma solicitação qualquer ao estatuto de uma exigência) que, ao não ser satisfeita diferencialmente - ou seja, em suas particularidades - pelo sistema instituído, pode vir a articular-se discursivamente em um contexto antagônico, estabelecendo uma relação de equivalência e formando uma fronteira política que separa as pessoas do sistema vigente (LACLAU, 2013). A operação hegemônica, nesse contexto, é a assunção de “um significado universal incomensurável” (p. 120) através de uma particularidade, que passa a organizar as demandas populares de maneira mais complexa do que apenas pelos laços de solidariedade. Tal operação só será possível a partir da eleição de um significante vazio, pois que não possui *a priori* qualquer indício de que será eleito como representante da cadeia, ou seja, não existe nenhum conteúdo ôntico pré-determinado para a nomeação de uma cadeia equivalencial, sendo a inscrição das demandas populares nessa, uma operação contingente. Além disso, a unificação simbólica de demandas essencialmente diferentes - posto que o laço equivalencial não pode eliminar as particularidades das demandas - só é possível a partir da exclusão de uma demanda que representará um significante vazio.

Para entender melhor esse tipo de lógica social, que articula lógicas de equivalência e diferença, precisamos retomar o fato de que Laclau constrói a ideia da operação hegemônica a partir de um fundo de impossibilidade da completude social. Se Laclau (2013) recorre à figura de linguagem da sinédoque “(a parte que representa o todo)” (p. 121) para afirmar a importância de uma relação hegemônica em sua lógica política, ele parte de uma totalidade impossível no tecido social. A função aqui é catacrética, na medida em que “requer nomear algo essencialmente *inominável*” (idem). Na impossibilidade de alcançar uma sociedade reconciliada, Laclau (2011) postula que “a brecha entre o universal e o particular é irreparável” (p. 54), o que coloca como horizonte último “o espaço de uma inalcançável plenitude” (LACLAU, 2013, p. 119). Assim, a construção política do povo parte de um objeto impossível, mas necessário, na medida em que se trata da constituição de identidades coletivas.

Para dar conta de tal necessidade, Laclau insiste na construção em torno do significante vazio. Para Laclau (2003), a extensão da cadeia de equivalências é tanto maior quanto maior for a debilidade do laço com as exigências particulares que assumiram a

representação universal de determinada organização equivalencial. Assim, “a construção de uma subjetividade popular só é possível com base na produção discursiva de significados tendencialmente vazios. A chamada ‘pobreza’ dos símbolos populistas é a condição para a sua eficácia política” (LACLAU, 2003, p. 10). Nesse processo, uma redução do caráter particularista desse significante que organizará a cadeia é essencial.

Mas, como o próprio autor aponta, importante frisar que está colocado um jogo insuperável entre a particularidade das demandas e a relação equivalencial que podem vir a estabelecer, na medida em que “a diferença continua a operar no bojo da equivalência, tanto quanto seu fundamento numa relação de tensão com ela” (LACLAU, 2013, p. 131). Assim, tem-se uma completude social sempre fracassada, no horizonte do impossível, derivada da insuperabilidade da tensão entre as lógicas da diferença e da equivalência. Esse fundamento é a base da discussão a respeito das formas de acesso das demandas sociais a um campo de representação, que será desenvolvida como a constituição do povo enquanto tal. Propomos, neste trabalho, a elaborar tal assertiva a partir do diálogo com a psicanálise de orientação freudo-laciana, localizando a centralidade que a “estrutura de hiância que é a do inconsciente” (LACAN, [1964]/2008a, p. 173) adquire nas análises políticas, na medida em que para a psicanálise, “a dimensão política e a dimensão inconsciente são os dois lados correlativos de uma mesma lógica de agenciamento do funcionamento do sujeito no laço social” (GUERRA; MARTINS, 2013, p. 93).

Para tanto, iniciamos retomando a inspiração do próprio Laclau na teoria laciana para a construção do argumento central na construção do povo: a operação hegemônica. Em *A razão populista*, é de uma leitura recuperada da formulação da filósofa e teórica psicanalítica norte-americana Joan Copjec a respeito de *Das Ding* que parte a hipótese de Laclau (2013) sobre a constituição da relação hegemônica. Essa consiste na exclusão de um elemento da cadeia equivalencial, assumindo metonimicamente uma universalidade impossível. Tomando as construções de Copjec a respeito das pulsões, Laclau (2013) pontua que o gozo relativo ao Outro primordial “não está perdido porque traços dele permanecem nos objetos parciais” (p. 175), o que o leva a argumentar que “a aspiração a essa completude ou plenitude [mítica da díade mãe/filho] não desaparece simplesmente. É transferida a objetos parciais” (p. 178). Ele transpõe tal construção para o que caracterizaria a relação hegemônica de uma configuração populista, chegando a afirmar que “o objeto *a* torna-se a categoria ontológica primária” (p. 179).

Neste ponto propomos uma reconstrução teórica mais detida nos conceitos de *das Ding* e objeto *a* para a psicanálise, a fim de escandir os elementos que baseiam nossa argumentação.

Freud apresenta um célebre texto intitulado “Projeto para uma Psicologia Científica, que Lacan ([1959-1960]/2008b, p. 50) aponta como uma “primeira contenda de Freud com o próprio *pathos* da realidade com a qual ele lida com os pacientes”, arando a simplificação e redução desse complexo texto freudiano a uma espécie de “fisiologia fantasista”. Lacan se refere ao “Projeto” nesses termos por se tratar de um texto repleto de ideias com referências à neurologia, mas que em primeiro plano passa a ser lido como a tentativa freudiana de formalizar um pensamento a respeito da constituição do psiquismo humano. Para dar conta de tal tarefa, como aponta Moreira (2004), “encontramos no próprio texto do *Projeto para uma psicologia científica* as primeiras formulações freudianas sobre a alteridade” (p. 109). Ou seja, Freud coloca uma importante questão: a relação do bebê, em estado de desamparo originário com um Outro experiente, moldará a constituição do aparelho psíquico a partir de uma ambivalência na medida em que há um apelo ao outro, mas também uma necessidade de defender-se dessa presença. Assim, encontramos o termo alemão *das Ding*, a Coisa, ser recuperado do texto freudiano por Lacan em um contexto privilegiado no que se refere à constituição do aparelho psíquico, adquirindo um estatuto de conceito. Retomar em Freud e Lacan essa construção parece-nos importante para a apresentação do argumento com Laclau a respeito da operação hegemônica, bem como a existência de uma heterogeneidade inerente a essa. Sendo assim, vejamos a aparição em Freud do termo *das Ding* no ‘Projeto’.

Freud (1950[1895]/1974) apresenta os neurônios que compõem o complexo perceptual e faz menção a um tipo neuronal, que passa a chamar *das Ding*, que têm por característica uma certa constância. A relação entre esse complexo, as catexias que envolvem a atividade do aparelho psíquico, bem como as facilitações estabelecidas [indicadas por Lacan como os trilhamentos psíquicos enquanto estrutura de experiência acumulada], diz respeito à identidade.

Ao referir-se ao complexo perceptual, Freud (1950[1895]/1974) afirma tratar-se ainda da presença de imagens mnêmicas no psiquismo que são estabelecidas a partir de uma relação primordial com a presença do Outro. Trata-se do pensamento reprodutivo e do processo de julgar, que partem da relação entre a catexia de desejo de uma lembrança e a catexia perceptiva. Freud exemplifica essa relação apontando para a imagem mnêmica do seio materno, desejada pela criança, que impulsiona ramificações da ação do sujeito em busca da correspondência a essa imagem. Assim, o outro é absolutamente fundamental na constituição da relação do psiquismo com a realidade. O objetivo do aparelho psíquico com seus deslocamentos catexiais seria alcançar um grupo de neurônios variáveis - que possuem tal característica por serem um componente perceptual responsável pela predicação dos objetos - e, com isso, “suscitar a sensação de identidade” (FREUD, 1950[1895]/1974, p. 65). Há, portanto, uma divisão no complexo perceptual, entre aqueles neurônios do grupo

constante e aqueles componentes variáveis, cuja imbricação entre eles desemboca na atividade do pensamento.

Em Lacan ([1959-1960]/2008b), a Coisa freudiana também aparecerá no contexto da primeira apreensão da realidade pelo sujeito, e o termo adquire sua centralidade com base na ênfase na intervenção do *Nebenmensch* nesse processo. Trata-se de um termo alemão para designar o Próximo, o sujeito falante, que tem relação com o bebê da maneira mais íntima. Para Lacan, inspirado numa releitura do “Projeto” freudiano, o complexo de *Nebenmensch* se divide em duas partes - uma se impõe como um elemento constante (*das Ding*), isolado como estranho; outra apresenta-se como aquilo que é articulado como qualidade do objeto, que constitui as representações primitivas. Trata-se da divisão original da experiência de realidade, como herança da divisão do complexo perceptual em Freud - o que permanece separado da dimensão da memória apenas. *Das Ding* destaca-se como algo inassimilável, aquilo que do interior do sujeito, encontra-se originalmente levado para um primeiro exterior, excluído. “Um exterior invasivo do qual não se pode fugir e que é preciso dele se defender, um exterior que vem de dentro, um êxtimo” (PIMENTA, 2009, p. 78).

Lacan não abre mão da característica de constância do complexo neuronal correspondente a *das Ding* no Projeto para articular sua concepção a respeito da Coisa, e por isso, chega à relação dessa proposição com o real, articulado como o que retorna sempre ao mesmo lugar. O psicanalista francês institui enquanto exigência primeira de *das Ding* “encontrar o que se repete, o que retorna e nos garante retornar ao mesmo lugar” (LACAN, [1959-1960]/2008, p. 94).

O psicanalista francês indica que “o mundo freudiano, ou seja, o da nossa experiência, comporta que é esse objeto, *das Ding*, enquanto o Outro absoluto do sujeito que se trata de reencontrar”, mas que ele é, por natureza, perdido e jamais será reencontrado. Portanto, “não é ele que reencontramos, mas suas coordenadas de prazer” (LACAN, [1959-1960]/2008, p. 68).

Nesse cenário, na experiência do sujeito apresenta-se um paradoxo: “de um lado, a busca de uma qualidade arcaica, diria quase regressiva, de prazer indefinível, que anima toda a tendência inconsciente, e, do outro lado, o que pode haver nisso de realizável e de satisfatório no sentido mais completo (...)” (LACAN, [1959-1960]/2008b, p. 56). Esse trecho compõe uma exposição do filósofo e psicanalista Lefèvre-Pontalis nos seminários de Lacan proferidos entre 1959 e 1960, quem inclusive, aponta para a importância do Próximo como sujeito falante, que interfere nos processos de pensamento do sujeito. Lacan inicia sua exposição seguinte a respeito de *das Ding* após essa colocação. Ao afirmar a existência de *das Ding* como o que, “designando uma exclusão [necessária], determina que a articulação

significante (...) se organize em torno de um vazio central” (DARRIBA, 2005, p. 69), temos a noção de uma “Coisa inacessível”, em torno da qual as representações (*Vorstellungen*) se organizam. *Das Ding*, portanto,

é o ponto fulcral em torno do qual gira toda a rede de conceitos que engloba as temáticas relativas à incompletude, ao real, ao impossível, ao vazio, ao que permanece imune à ruptura da ciência, ao que se coloca como impasse da formalização, etc. (IANINNI, 2007, p. 74).

Mas para pensar a maneira como o vazio se estrutura como condição de possibilidade de articulações para além de uma simples metafísica, seja na experiência analítica, seja no campo da teoria política, é preciso pensar o polo “realizável” da busca por um objeto que se trata de reencontrar. Como indica Dunker (2007), “(...) é preciso salientar que esse esforço de descentralização do sujeito (pela via do negativo) é acompanhado da reflexão ontológica em torno do objeto (teoria do gozo e da sexualidade, concepção do objeto *a* etc.)” (p. 230). Aqui, precisamos, portanto, introduzir o estatuto do objeto *a*, formulado por Lacan. A aproximação de *das Ding* com o real, com algo que se trata sempre de reencontrar, coloca uma busca por um objeto sempre perdido, essencial na experiência subjetiva. E assim, “é a partir dos reencontros com os objetos da realidade, encontros sempre marcados por uma insatisfação, que o sujeito é levado a formular o objeto originalmente perdido, a satisfação plena, e também organizar suas estratégias de recuperação do mesmo” (PIMENTA, 2009, p. 81). É assim que podemos pensar a Coisa representada por um “objeto sempre ‘outro’” (DARRIBA, 2005, p. 71). Dessa maneira, introduz-se a noção de objeto *a* na discussão - aquela trazida pelo próprio Laclau quando afirma que traços do Gozo primitivo, da primeira experiência de satisfação da criança, podem ser encontrados em objetos parciais. Ressaltamos aqui, que se trata da existência de um “exterior inassimilável sendo ‘experimentado’ pelo sujeito” (DARRIBA, 2005, p. 73). Em outras palavras, “para que haja, como a teoria do objeto *a* postula, uma verdadeira recuperação de algo do gozo perdido, é necessário que este gozo não se defina apenas como um vazio, mas que ele se sustente em algo do corpo vivo” (PIMENTA, 2009, p. 96).

Lacan [1962/1963]/(2005) apresenta o objeto *a* como da ordem de algo que não possui specularidade, sendo idêntico a si mesmo, na medida em que se trata daquilo que se separa, partindo de zonas do corpo pulsional fragmentado, anterior à unificação imaginária do estágio do espelho e ao reconhecimento do outro como dimensão alteritária. Lacan [1949]/(1998) discorre sobre o estágio do espelho para trabalhar a função do eu em psicanálise. Referindo-se ao reconhecimento, pelo bebê, de sua imagem no espelho, Lacan aponta como a criança experimenta, nesse momento, a relação com seu próprio corpo e com as outras pessoas a partir do registro de uma realidade duplicada, ou seja, não se trata mais apenas de um corpo despedaçado ou de pedaços de objeto. Trata-se da assunção de uma imagem que compõe

uma totalidade virtual como matriz para a precipitação do eu. Como Safatle (2006) aponta, “chegamos assim à estranha conclusão de que um *objeto não idêntico* (no sentido não-narcísico) *serve de matriz para o pensamento da identidade*” (p. 205-206). O objeto não-narcísico é aquele extraído em uma etapa anterior à assunção do corpo não-fragmentado que ocorre no período do estágio do espelho. Ele serve de matriz para pensar a identidade na medida em que representa justamente o que Laclau (2013) indicou como uma totalidade impossível. A notação algébrica do objeto *a* é, portanto, “como um fio destinado a nos permitir reconhecer a identidade do objeto nas diversas incidências em que ele nos aparece” e “tem por fim, justamente, dar-nos um posicionamento puro da identidade” (LACAN, [1962-1963]/2005, p. 98). Aqui podemos ver porque Laclau aponta a formulação do objeto *a* como categoria ontológica primária, tendo em vista que sua lógica política é voltada para a constituição de identidades coletivas.

Como Laclau se apercebeu, o objeto é impossível e necessário. Para dar ênfase ao objeto parcial, que irá orientar a construção discursiva hegemônica a partir de um significante vazio que representará/expressará uma totalidade inalcançável, Laclau (2013) baseia-se em elevar o objeto da pulsão à dignidade da Coisa, expressão utilizada por Lacan para se referir ao processo psíquico de sublimação. Trata-se, novamente, da fulcralidade da ordem do impossível na organização da teoria política de Laclau, uma vez que a sublimação revela o vazio da Coisa ao desviar a satisfação da pulsão do objeto sexual. Isso reafirma a impossibilidade de a pulsão, enquanto força constante, satisfazer-se com qualquer objeto (LACAN, [1964]/2008a).

Assim, entendemos que a centralidade que a argumentação psicanalítica tomada por Laclau sobre os objetos das pulsões parciais toma na constituição da possibilidade de uma articulação equivalencial, em que um significante se eleva para representar uma cadeia, assumindo o papel de uma impossível universalidade, porta o vazio enquanto categoria privilegiada. Decerto, Laclau (2013) aponta para o abismo irreduzível existente entre duas cadeias antagônicas, bem como para a vacuidade na constituição de uma identidade popular que constitui uma “*negatividade* específica que é inerente ao laço de equivalência” (p. 154). Ao apontar para tais aspectos, o autor já indica um horizonte ontológico no que se refere à política, calcado em fatores de indeterminação, no escopo de sua construção política a respeito do populismo. Afinal, “se a experiência com *das Ding* não pôde ser registrada no simbólico, tudo o que dela há nesse simbólico é, rigorosamente falando, apenas um lugar vazio, o lugar vazio de sua ausência” (PIMENTA, 2009, p. 94). Importante notar como Laclau (2013) opera um salto argumentativo ao recuperar a discussão lacaniana a respeito de *das Ding* e objeto *a* para pensar a constituição de identidades políticas. Isso é possível porque,

como vimos, o plano do inconsciente e o plano da política estão estritamente imbricados, sendo lados correlativos, como apontamos acima (GUERRA; MARTINS, 2013).

Avançando no argumento, recuperamos justamente essa dimensão de uma plenitude inalcançável. Laclau tomou a transferência a objetos parciais de um gozo primordial inalcançável enquanto base para formular a operação hegemônica, não sem apontar ao vazio que estrutura qualquer articulação significante. Sugerimos, portanto, retomar a discussão sobre a constituição da subjetividade a partir da marca do vazio para estabelecer a mesma importância no que se refere à teoria política de Laclau. Quanto à ligação de tal vazio com *das Ding*, Lacan [1959-1960]/(2008) novamente nos elucida:

Digamos, hoje, que se ela ocupa esse lugar na constituição psíquica que Freud definiu sobre a base da temática do princípio do prazer, é que ela é, essa Coisa, o que do real - entendam aqui um real que não temos ainda que limitar, o real em sua totalidade, tanto o real que é o do sujeito quanto o real com o qual ele lida como lhe sendo exterior - o que, do real primordial, diremos, padece do significante (p. 144).

Enquanto real, a Coisa não é da ordem do que é apreendido numa cadeia significante. Aqui, precisamos retomar a gradativa construção teórica de Laclau a respeito do povo enquanto lógica política de constituição de identidades coletivas. Há uma transformação ao longo da proposição populista do filósofo no que se refere à apresentação das lógicas diferencial e equivalencial em um modelo estanque de constituição do social. Laclau (2013) aborda uma especificidade quanto às oposições encontradas no tecido social pela cadeia de equivalências, indicando que essa “não se opõe unicamente a uma força ou a um poder antagônicos, mas também a algo que não tem acesso a um espaço geral de representação” (p. 209).

Como vimos, cada demanda social, potencialmente apta a organizar-se em uma cadeia de equivalências, carrega um irreduzível particularismo, que sustenta uma tensão entre a lógica da cadeia equivalencial e as demandas consideradas diferencialmente. Isso pode gerar um espaço em que algumas demandas sociais se chocam com as particularidades que constituem os elos de uma cadeia de equivalências, não tendo um espaço de representação possível. Laclau (2013) reforça esse ponto: “A espécie de exterioridade que agora estou discutindo pressupõe uma exterioridade relativa não apenas a algo contido no espaço da representação, mas a este espaço enquanto tal” (p. 209).

O caráter marginal da heterogeneidade social assinala a impossibilidade de uma estrutura social coerente. Laclau (2013) indica a categoria do lumpemproletariado e sua expulsão do campo da historicidade como condição de uma interioridade pura. Mas o grande *insight* em relação à heterogeneidade social é Laclau (2013) construir o argumento de que “os ‘povos sem história’ ocuparam o centro do palco, a ponto de destroçar o conceito de uma

historicidade teleológica” (p. 220), tendo em vista diversas categorias que escapam à lógica do sistema instituído e que também não podem ser subordinadas a qualquer lógica interna. Assim, a heterogeneidade é constitutiva do tecido social na medida em que “ela não pode ser transcendida por qualquer espécie de inversão dialética” (LACLAU, 2013, p. 221). Sendo assim, a construção de uma fronteira antagônica depende do que se estabelece “entre as relações de produção e uma identidade que é externa a elas” (LACLAU, 2013, p. 222).

Podemos pensar como a busca de um horizonte totalizador para o social, como a postulação de identidades de classe na teoria marxiana, por exemplo, é desalojada com a emergência do conceito de hegemonia em Gramsci. Há uma “ruptura epistemológica fundamental” quando se propõe a força hegemônica, tendo em vista que, por se tratar de uma “parcialidade (...) que assume a representação de uma totalidade mítica”, faz vacilar o “sonho de acesso a uma totalidade sistematicamente fechada (como a determinação, em última instância, pela economia etc).” (LACLAU, 2013, p. 180). No lugar de uma tal reestruturação, vemos emergir a constituição de identidades que considera um campo de articulações calcadas na contingencialidade. Nesse ínterim, argumentamos com a psicanálise a contribuição essencial na postulação do campo vazio enquanto condição lógica do campo da representação. Não à toa entendemos que o último ponto trabalhado no livro para a construção do populismo enquanto lógica política por excelência é a apresentação de uma categoria constitutiva que, essencialmente por não ter acesso a um espaço geral de representação, “torna impossíveis as recuperações dialéticas e confere à articulação política sua verdadeira centralidade” (LACLAU, 2013, p. 230).

Fazendo um paralelo com a teoria laclauniana, sustentamos, portanto, que o objeto *a* parece ser o conceito que permite o desenvolvimento da articulação hegemônica proposta por Laclau, apenas a partir da existência de um exterior inassimilável, que Lacan delegou à Coisa. Nesse sentido, pensamos a ontologia proposta por Laclau não enquanto “regime de discursividade positiva do ser enquanto ser”, mas sim enquanto “regime que suporta a realidade daquilo que bloqueia o esgotamento do ser em uma determinação positiva” (SAFATLE, 2007, p. 175). Para entender em que medida essa assertiva é relevante no contexto político e subjetivo, propomos lançar mão de algumas formulações de Jacques Rancière.

Rancière (1996) formula que há uma “contagem pela qual uma emissão sonora é ouvida como palavra, apta a enunciar o justo, enquanto uma outra é apenas percebida como barulho que designa prazer ou dor, consentimento ou revolta” (p. 36). Tal contagem se dá em termos da “inscrição simbólica na pólis” (p. 37). Para ele, a possibilidade de fala, tomada por aqueles que mimetizam essa ação a partir dos que, por estarem inscritos são pressupostos a

possuírem tal capacidade, expõe na cena social um fundo de igualdade. Assim, Rancière (1996) denuncia que “a dominação destes [dos patrícios sobre os plebeus] não tem outro fundamento que a pura contingência de toda ordem social” (p. 38). Ele indica que para aqueles que possuem uma inscrição simbólica, “não há política *já que* não há partes. Não há partes, já que os plebeus, não tendo *logos*, não são”. (RANCIÈRE, 1996, p. 39). Daí podermos, nesse contexto, pensar como está implícita nessa formulação a ideia de que uma lógica identitária, que reafirma um lugar de fala, seria necessária para instaurar a própria política. Seria preciso *ser* para instaurar a cena política, no que se refere à possibilidade de se tornar contável no espaço público.

No entanto, Rancière (1996) propõe uma diferenciação entre em que consiste a política e aquilo que identifica como uma instância que legitimaria um funcionalismo na pólis. Para ele, “a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” devem ser chamados de *polícia* (p. 41). A política, por sua vez, seria aquilo “que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes, ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos **sem-parcela**” (RANCIÈRE, 1996, p. 42, grifo nosso).

Com essa proposição, o autor parece apontar para uma via de emancipação importante a ser considerada, na medida em que surge uma categoria que não se encerra nas funções legitimadas pelo *establishment*. Tem-se que um questionamento a respeito da exclusividade da inscrição simbólica na pólis, se faz premente na contemporaneidade, se consideramos que demandas por identidade cabem nas práticas de um ordenamento que serve a um Estado agenciado por valores liberais difundidos em uma estreita aliança com o capitalismo.

No que tange ao horizonte de processos emancipatórios, tem-se que após pontuar a diferença entre polícia e política, Rancière (1996) localiza a subjetivação enquanto “produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado” (p. 47) e que acabam por reconfigurar esse campo. Assim, a “subjetivação política produz um múltiplo cuja contagem se põe como contraditória com a lógica policial” (p. 48), essa última, com suas determinações funcionalistas. Para o autor, o “povo é o primeiro desses múltiplos que desunem a comunidade dela mesma” (idem), enquanto produção performática. É possível pensar que o povo, tomado como uma primeira forma de manifestação produzida pela subjetivação política, caracteriza-se enquanto uma possibilidade performática. No entanto, como argumenta Safatle (2016) ao discorrer sobre o povo, há um problema iminente que deve ser posto em questão no que se refere a manifestações políticas identitárias, pois “quando o povo sobe à cena e lá permanece

de forma não provisória, é impossível impedir que seus eixos de convergência não se cristalizem sob a figura da nação e se institucionalizem sob a figura do Estado” (p. 94).

Dessa maneira, faz-se premente pensar a ameaça de constituição de políticas estanques na construção de formas imersas em regimes de positivities, devido à possibilidade de que tais identidades sejam definidas e/ou apreendidas constantemente em uma ordem policial, no sentido em que Rancière atribui à polícia. Por outro lado, vemos como a política é essencialmente desenhada por uma parcela dos sem-parcela, corroborando a hipótese aqui trabalhada a respeito da importância de um campo vazio para a constituição de representações possíveis.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi apresentar a proposição política de Laclau a respeito da constituição de identidades coletivas a partir da noção de *das Ding* freudiana, trabalhada por Lacan, a fim de discutir a centralidade que o vazio assume quando se pensa o estatuto constitutivo da heterogeneidade social. Nesse sentido, lançamos mão de algumas considerações de Jacques Rancière para elucidar a importância de se tomar o vazio enquanto condição lógica de representação, na medida em que a construção de um ‘povo’ é sempre uma possibilidade performática frente à impossibilidade de alcançar uma plenitude social.

Referências Bibliográficas

DARRIBA, Vinicius. Da falta conceituada por Lacan: da Coisa ao objeto a. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1, p. 63-76, jan/jun 2005.

DUNKER, C. I. L. Ontologia negativa em psicanálise: entre ética e epistemologia. **Discurso**, São Paulo, n. 36, p. 215-239. (Dossiê Filosofia e Psicanálise).

FREUD, Sigmund. **Projeto para uma psicologia científica (1950[1895])**. Pequena coleção das obras de Freud extraída da Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., 1974.

GUERRA, A. M. C.; MARTINS, A. S. Psicanálise e política: contribuições metodológicas. **Revista Borrromeo**, Argentina, n. 4, p. 90-111.

IANINNI, Gilson. Psicanálise, Ciência êxtima. **Epistemo-somática**, Belo Horizonte, v. IV, n. 01, p. 69-78, jan/jun 2007.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica (1949). *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 10: a angústia (1962-1963)**. Tradução de Vera Ribeiro. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Versão final de Angelina Harari e preparação de texto André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Tradução de M.D. Magno. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Zahar, 2008a.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise (1959-1960)**. Versão brasileira de Antônio Quinet. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008b.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Coordenação e revisão técnica geral Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. 2. ed. London: Verso, 2001.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. A alteridade como experiência originária: o desamparo. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 107-123, 2004.

PIMENTA, Cristiano Alves. **Das Ding**: A revolução do real em Lacan. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2009.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento – Política e Filosofia**. Tradução Angela Leite Lopes. São Paulo: editora 34, 1996. (Coleção TRANS).

SAFATLE, Vladimir. Atravessar o fantasma através do corpo. *In*: SAFATLE, Vladimir. **A paixão do negativo**: Lacan e a dialética. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SAFATLE, Vladimir. A teoria das pulsões como ontologia negativa. **Discurso**, São Paulo, n. 36, p. 148-189, 2007. (Dossiê Filosofia e Psicanálise).

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. Ver.; 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

